

PREGÃO ELETRÔNICO

001/2024

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
(UASG 389228)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 237.586,44

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 19/01/2024 às 9h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
Sim



Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO | 3 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 4 |
| 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 6 |
| 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 7 |
| 6. DA FASE DE JULGAMENTO | 9 |
| 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 11 |
| 8. DOS RECURSOS | 12 |
| 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 13 |
| 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 15 |
| 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 15 |

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

(389228)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

Processo Administrativo Nº 0030/2023

PREÂMBULO

O Conselho Regional de Odontologia do Estado do Espírito Santo, por meio de sua Comissão de Licitação, torna pública a abertura da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Nº 14.133 de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 19/01/2024

Horário da fase de lances: 09:00h (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Modo de disputa: Aberto

Critério de Julgamento: Menor preço

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica operadora de plano de saúde ou seguro privado de assistência à saúde (Lei nº 9.656/98, artigo 1º, I e II), que ofereça serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e obstétrica, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, por rede própria e/ou credenciada, com cobertura Estadual (Espírito Santo) e coparticipação conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A contratação será por item, conforme tabela abaixo:

| Item | Especificação | Catser | Unidade de medida | Qtd | Valor mensal estimado | Valor anual estimado |
|------|--|--------|-------------------|-----|-----------------------|----------------------|
| 1 | Corretagem - plano de saúde Estadual Com Coparticipação Quarto Privativo | 13340 | mês | 12 | R\$ 19.798,87 | R\$ 237.586,44 |

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Eventuais indisponibilidades no sistema e/ou erro deverão ser comunicadas ao provedor do sistema e não ao órgão responsável pelo processo de contratação, por meio da central de atendimento, disponível no www.gov.br/compras.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 2.7. **Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**
 - 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
 - 3.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**
 - 3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



- 3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.5. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.10.2. Caso disponível a funcionalidade, os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. Valor mensal total do item
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário (mensal) do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa



- de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.24.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.24.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.24.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 5.24.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.25.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 5.25.2. empresas brasileiras;
 - 5.25.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 5.25.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.29. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.30. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **5 (cinco) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.31. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.1.1. SICAF
 - 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.9. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
 - 6.9.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.12. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com



os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, digitais ou digitalizados.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, ou por outro meio, a critério da administração.



- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **5 (cinco) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.
- 7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer **deverá ser manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [Portal da Transparência do CRO-ES](#).

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.7.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.9. fraudar a licitação
 - 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



- 9.1.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.5. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,7% do contrato licitado.
- 9.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 9.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade, os quais avaliarão os fatos e circunstâncias conhecidos e



intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 9.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@correio.croes.org.br
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [Portal da Transparência do CRO-ES](#).
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. **ANEXO I** – Documentação exigida para Habilitação
 - 11.11.2. **ANEXO II** - Termo de Referência;
 - 11.11.3. Apêndice do Anexo II - Estudo Técnico Preliminar
 - 11.11.4. **ANEXO III** - Modelo Proposta de Preços;
 - 11.11.5. **ANEXO IV** - Minuta de Contrato.

Vitória-ES, 04 de janeiro de 2024

THATYANE BASONI DAUDT
Matrícula 110
Comissão de Licitação do CRO-ES

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação encontram-se no tópico 8 do Termo de Referência, **ANEXO II** deste edital.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 28/2023

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|-----------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 28/2023 | 389228-CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - ES | LETICIA ROCHA ALMEIDA | 03/01/2024 14:52 (v 6.2) |
| Status | PUBLICADO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 0030/2023 |

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica operadora de plano de saúde ou seguro privado de assistência à saúde (Lei nº 9.656/98, artigo 1º, I e II), que ofereça serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e obstétrica, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, por rede própria e/ou credenciada, com cobertura Estadual (Espírito Santo) e coparticipação, na forma disciplinada pela legislação em vigor, em especial a Lei nº 9.656/98.

| Item | Especificação | Catser | Unidade de medida | Qtd | Valor unitário | Valor Estimado mensal | Valor Estimado anual |
|------|--|--------|-------------------|-----|----------------|-----------------------|----------------------|
| 1 | Corretagem - plano de saúde Estadual Com Coparticipação Quarto Privativo | 13340 | mês | 12 | 1.649,91 | R\$ 19.798,87 | R\$ 237.586,44 |

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho que podem ser objetivamente definidos em edital.

1.2.1 O objeto é considerado como serviço continuado, devendo ser prestado de forma ininterrupta, visando a necessidade de garantir aos empregados e aos dependentes o acesso à rede de saúde.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 Maiores especificações sobre o objeto encontram-se no tópico 4 deste Termo de Referência.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Da Justificativa:

2.1.1. A contratação pretendida justifica-se para proporcionar segurança e tranquilidade aos colaboradores do CRO-ES e seus dependentes diretos no campo da saúde, tendo em vista que o acesso à assistência médica, hospitalar e ambulatorial públicos, ainda que garantido constitucionalmente, não satisfazem as necessidades existentes daqueles que necessitam, na presente conjuntura nacional.

2.1.2. A contratação de Operadora de planos Privados de Assistência à Saúde Suplementar com coparticipação, para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os empregados e respectivos dependentes do CRO-ES visa assegurar a saúde dos funcionários, o que certamente reflete no desenvolvimento das atividades laborais.

2.1.3. As ausências ao trabalho diminuem, pois o empregado geralmente recebe atendimento com mais rapidez em comparação ao sistema público de saúde, além do fato de o credenciamento ao plano de saúde viabilizar a prática da chamada 'medicina preventiva', isto é, as consultas médicas e, conseqüentemente, os diagnósticos, são realizados de modo a evitar e prevenir doenças, e não exclusivamente para combatê-las após seu surgimento.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Garantia da contratação

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visando a ampliação da participação do mercado nacional, respeitando o princípio da competitividade.

4.3. Vistoria

4.3.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.4 Especificação do objeto plano de assistência médica ambulatorial, hospitalar e obstétrica:

4.4.1 **Cobertura Geográfica:** abrangência e atendimento eletivo e de urgência/emergência no território do Espírito Santo.

- **Rede Credenciada** com hospitais particulares na **Grande Vitória (ES)**, compreendendo, pelo menos, os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

4.4.2 Deverão ser cobertas todas as especialidades médicas previstas na Lei nº 9.656/98 e suas alterações, bem como nas Resoluções da ANS, que disciplinam o rol de procedimentos obrigatórios, além das admitidas pelo Conselho Federal de Medicina e/ou Associação Médica Brasileira.

4.5 Dos beneficiários

4.5.1. São beneficiários dos serviços objeto da presente licitação:

a) o titular (funcionários ativos do CRO/ES);

b) os dependentes:

- cônjuge ou companheiro (a);
- filhos(as) e enteados(as) solteiros(as) até a data em que completarem 21 anos, ou até 24 anos, se universitários(as);
- menor sob guarda do titular, até 18 anos;
- tutelados(as) do titular até 18 anos;
- filhos(as) inválidos(as), sem limite de idade, atestados por laudo médico emitido pelo médico assistente e avaliados por Junta Médica Oficial do CONTRATANTE.

4.5.2. A estimativa de beneficiários é de 48 (quarenta e oito) vidas, conforme registros colhidos em agosto de 2023, distribuídos nas seguintes faixas etárias:

| Item | Idades (anos) | Titular | Masculino | Feminino | Dependentes | Masculino | Feminino | Titular e Dependentes |
|---|---------------|---------|-----------|----------|-------------|-----------|----------|-----------------------|
| Plano de Saúde Estadual, com Coparticipação | 0 a 18 | 0 | | | 12 | 5 | 7 | 12 |
| | 19 a 23 | 0 | | | 0 | | | 0 |
| | 24 a 28 | 6 | 2 | 4 | 1 | 1 | | 7 |
| | 29 a 33 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | | 6 |
| | 34 a 38 | 5 | 2 | 3 | 1 | | 1 | 6 |
| | 39 a 43 | 4 | 3 | 1 | 0 | | | 4 |
| | 44 a 48 | 3 | 1 | 2 | 2 | | 2 | 5 |
| | 49 a 53 | 3 | 3 | | 1 | | 1 | 4 |
| | 54 a 58 | 2 | | 2 | 0 | | | 2 |
| | Acima 58 | 2 | 1 | 1 | 0 | 8 | 11 | 2 |
| Total Global | | | | | | | | 48 |

4.5.3. O número de beneficiários poderá variar ao longo do contrato.

4.5.4. Caberá ao CRO/ES a apresentação de documentos que comprovem o vínculo do empregado ativo e a relação de parentesco de seus dependentes.

4.6 Da inscrição no plano e da identificação do(s) beneficiário(s):

4.6.1. Não haverá cobrança da taxa de adesão;

4.6.2. A inscrição de Dependentes será efetuada na mesma categoria de plano ou seguro privado de assistência à saúde do(a) titular;

4.6.3. Nos casos de nascimento ou adoção de filhos(as), guarda e tutela de menor, casamento ou união estável os(as) interessado(as) terão 30 (trinta) dias, a partir da data do evento, para requerer a inclusão dos(as) respectivo(as) dependente(s) no plano ou seguro privado de assistência à saúde, sem carência, desde que já seja(m) titular(res) no benefício

4.6.4. Para todos os efeitos, a alteração da faixa etária se dará a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do aniversário do(a) beneficiário(a).

4.6.5. Os(as) beneficiários(as) do plano ou seguro privado de assistência à saúde receberão, em até 30 (trinta) dias a partir da data da assinatura do contrato, a Carteira de Identificação personalizada. A carteira será fornecida e remetida gratuitamente pela CONTRATADA ao endereço residencial do(a) beneficiário(a) titular cadastrado(a) ou na sede da CONTRATANTE, a ser combinado na data da assinatura do contrato.

4.6.6. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a exclusão de titulares ou de qualquer de seus dependentes, com efeito a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao protocolo do pedido.

4.6.7. Nos casos de perda da condição de beneficiário(a) do plano ou seguro privado de assistência à saúde, cessará o direito do(a) titular e, conseqüentemente, de seus Dependentes, de utilizarem o benefício, a partir da data da comunicação à CONTRATADA do evento ensejador;

4.7 Dos procedimentos do plano de saúde ou seguro privado de assistência à saúde e dos serviços:

4.7.1 A CONTRATADA, em conformidade com a Lei nº 9.656/1998, deverá assegurar aos(as) beneficiários(as) titulares, seus (suas) respectivos(as) dependentes, dependentes especiais e aos pensionistas inscritos(as) no plano ou seguro privado de assistência à saúde, a cobertura estabelecida no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em vigor, bem como em suas subseqüentes atualizações, de acordo com as especificações contratuais.

4.7.2 A CONTRATADA deverá assegurar aos(as) beneficiários(as) regularmente inscritos(as) no plano ou seguro privado de assistência à saúde:

- **Assistência médica** em hospitais, clínicas, clínicas de retaguarda (hospices), centros médicos ou consultórios, nas especialidades que estejam ou venham a ser previstas e reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e não vedadas pela legislação, cobrindo o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigente, e suas atualizações posteriores ou legislação que os substituam, em conformidade com a Lei Nº 9.656/98.
- A assistência hospitalar dar-se-á em unidades hospitalares, clínicas básicas ou clínicas especializadas, com acomodação em quarto privativo, contemplando:
 - alimentação (café da manhã, almoço e jantar) de pacientes e de acompanhantes de pacientes menores de 18 (dezoito) anos, maiores de 60 (sessenta) anos, pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
 - diárias hospitalares sem limite de utilização;
 - diárias de maternidade e de berçário, sem limite de utilização;
 - diárias de UTI sem limite de utilização;
 - diárias de unidade de tratamento semi-intensivo sem limite de utilização;
 - exames complementares específicos para diagnóstico, controle do tratamento e evolução da doença que motivou a internação;
 - assistência médica;
 - medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões de sangue e hemoderivados, máscara bipap e cepap, órteses e próteses relacionadas ao ato cirúrgico, inclusive importados na ausência de similar nacional;
 - salas: cirúrgicas, parto e gesso, incluindo material, aparelhos e medicamentos usados;
 - serviços de nutrição e dietética, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional;
 - materiais e aparelhos ortopédicos, órteses e próteses relacionadas ao ato cirúrgico, marca-passo provisório e definitivo, stents, lentes intraoculares e seus acessórios, inclusive importados na ausência de similar nacional.
 - Cobertura das despesas relativas aos transplantes de órgãos, incluindo as despesas assistenciais dos doadores vivos; os medicamentos utilizados durante a internação; acompanhamento clínico no pós-operatório imediato e tardio e as despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos.
- **Assistência Ambulatorial** com cobertura de consultas médicas, sem limite de utilização e sem autorização prévia para realização de consultas e exames, em clínicas básicas ou especializadas, inclusive obstétricas para pré-natal, definidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, disponibilizando-se todas as especialidades médicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, cobrindo os serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos cirúrgicos-ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente, assim entendido como o médico que acompanha o caso, credenciado ou não, mesmo quando realizados em ambiente hospitalar, desde que não se caracterize como internação.
- **Serviços auxiliares de tratamento e diagnóstico e exames complementares**, com indicação médica, previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigente, e atualizações posteriores, ou legislação que os substituam, em conformidade com a Lei nº 9.656/98.

4.7.3. Haverá cobertura eletiva e de urgência/emergência em todo território estadual do plano de saúde, sendo que nas cidades onde o atendimento não esteja coberto ou executado diretamente pela CONTRATADA, serão aceitos os planos e condições particulares da localidade, sendo o empregado reembolsado dentro dos limites determinado no contrato da modalidade de seu plano, das despesas médicas hospitalares e ambulatoriais no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação dos documentos pelo beneficiário.

4.8 Da coparticipação

4.8.1 Refere-se ao percentual sobre os serviços utilizados.

4.8.2 A contratada disponibilizará o serviço com coparticipação em consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, tendo como referência a CBHPM – Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos mais recentes em vigor, de acordo com a resolução vigente do CFM (Conselho Federal de Medicina), no percentual de **até 40%** (quarenta por cento), limitado ao teto estimado de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por procedimento.

4.8.3 Além do valor acima, o desconto da participação utilizada fica limitada em até R\$ 310 (trezentos e dez reais) reais.

4.8.4 Os valores acima (percentual de coparticipação, valor por procedimento e limite de desconto mensal) poderão ser revistos mediante ajuste entre a Contratada e a Contratante.

4.9. Do Preço

4.9.1. Os preços deverão ser apresentados por faixas etárias, conforme legislação vigente.

4.9.2. A diferença de preços entre cada faixa etária deverá respeitar os limites estipulados na Resolução Normativa nº 63/2003 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como suas atualizações ou legislação que a substitua;

4.10. Dos Critérios de Reajuste

4.10.1. Os preços convencionados, nos termos da proposta homologada, serão fixos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da Pesquisa de Preços.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato;

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Adesão ao Plano

5.3 A adesão ao plano de assistência médica é obrigatória para os funcionários do CRO/ES e se dará na seguinte forma:

5.3.1 A adesão dos titulares será feita mediante a assinatura de um "Termo de Adesão", a ser fornecido pelo CONTRATANTE, no qual deve constar a opção pelos planos oferecidos pela CONTRATADA.

5.3.2 A adesão dos beneficiários poderá ser feita pelo órgão.

5.3.3 A adesão dos beneficiários dependentes no plano de assistência médica dar-se-á na mesma categoria do plano do respectivo beneficiário titular.

5.3.4 Os beneficiários dependentes já incluídos no plano, cujo beneficiário titular venha a falecer no período de vigência do contrato, poderão permanecer no plano, nos limites e condições estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência, desde que seja viúva(o) ou pensionista do beneficiário(a) falecido(a) utilizando a garantia do SEA (plano de Extensão Assistencial).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa durante a execução do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Ateste de Nota Fiscal, onde será alegado, após verificação pelo Fiscal do Contrato, que os serviços foram prestados em consonância com o esperado pela Administração Pública.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento constará em tabela do próprio contrato.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.31. A presente contratação permite a antecipação de pagamento mensal, conforme as regras previstas no presente tópico.

7.32. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento tão logo seja assinado o termo de contrato, para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.33. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.33.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

7.33.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

7.34. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

7.35. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento do recibo, nota fiscal ou fatura .

7.36. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

7.38. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.39. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- **LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante**
- **SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante**
- **LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante**

8.21.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.21.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

Qualificação Técnica

8.23. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante prestou, a contento, serviços de assistência à saúde análogos ao objeto desta contratação, por meio de plano ou seguro privado, para, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de beneficiários previsto no Termo de Referência (24 beneficiários)

8.23.1 Os atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.24.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.24.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.24.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 237.586,44

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 237.586,44 (Duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na Pesquisa de Preços, anexo do Estudo Técnico Preliminar.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Termo de Referência correrão à conta da dotação orçamentária sob a Rubrica nº **6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Plano de Saúde**.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LETICIA ROCHA ALMEIDA

Gerência Administrativa



Assinou eletronicamente em 22/12/2023 às 10:58:03.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - FM-011 Análise de Riscos.pdf (100.67 KB)

Anexo I - FM-011 Análise de Riscos.pdf



ANÁLISE DE RISCOS

Objeto da contratação: Contratação de empresa operadora de Plano de Saúde

ANÁLISE DE RISCOS

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos é uma prática essencial para garantir o sucesso de uma contratação, execução de projeto e gestão contratual. Ele envolve o planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que podem surgir durante o processo.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e análise dos principais riscos. Isso envolve a compreensão da natureza do risco e a determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e das probabilidades que podem comprometer a efetividade da contratação.

Para cada risco identificado, é necessário definir a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e corretivas, bem como a identificação dos responsáveis por cada ação.

Após a identificação e classificação dos riscos, é necessário realizar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir.

| Classificação do Dano | Descrição | Valor |
|-----------------------|--|-------|
| Baixo | Danos que não comprometem o processo/serviço | 5 |
| Médio | Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade. | 10 |
| Alto | Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso. | 15 |

1.1. Risco: Aumento das mensalidades do plano

- Probabilidade: Média
- Impacto: Alto
- Classificação: Externa
- Dano: Médio

| Ações de Prevenção | Responsabilidade | Ação de Contingência |
|---|---------------------------------------|--|
| Realizar análise detalhada das cláusulas contratuais referentes a reajustes anuais e histórico da operadora | Fiscal do Contrato e Setor Financeiro | Ter um plano de orçamento contingencial para acomodar aumentos |

ANÁLISE DE RISCOS

1.2. Risco: Má qualidade ou insuficiência da rede de prestadores de serviços médicos

- Probabilidade: Média
- Impacto: Alto
- Classificação: Externa
- Dano: Alto

| Ações de Prevenção | Responsabilidade | Ação de Contingência |
|--|--------------------|--|
| Realizar análise detalhada da rede de prestadores, incluindo hospitais, clínicas e médicos disponíveis | Fiscal de Contrato | Estabelecer acordos alternativos com prestadores ou operadoras |

1.3. Risco: Descumprimento de prazos para autorização de procedimentos médicos

- Probabilidade: Baixa
- Impacto: Médio
- Classificação: Interna
- Dano: Médio

| Ações de Prevenção | Responsabilidade | Ação de Contingência |
|---|--------------------|---|
| Avaliar a reputação da operadora em relação à agilidade na autorização de procedimentos | Fiscal de Contrato | Manter canal de comunicação direto com a operadora para agilizar autorizações |

1.4. Risco: Falta de transparência nas informações sobre coberturas e reembolsos

- Probabilidade: Alta
- Impacto: Médio
- Classificação: Externa
- Dano: Médio

| Ações de Prevenção | Responsabilidade | Ação de Contingência |
|---|--------------------|---|
| Exigir documentação detalhada sobre coberturas e processos de reembolso | Fiscal de Contrato | Ter canais de comunicação claros com a operadora para esclarecimento de dúvidas |

1.5. Risco: Falência ou encerramento das atividades da operadora

- Probabilidade: Baixa
- Impacto: Alto
- Classificação: Externa
- Dano: Alto

ANÁLISE DE RISCOS

| Ações de Prevenção | Responsabilidade | Ação de Contingência |
|---|---|--|
| Avaliar a estabilidade financeira e histórico da operadora antes da contratação | Setor de Contratação, Fiscal de Contrato e Alta Direção | Ter um plano de migração para outra operadora em caso de necessidade |

Apêndice do Anexo II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 17/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 0030/2023

2. Descrição da necessidade

2.1 Trata-se de Estudo Técnico Preliminar realizado com o objetivo identificar e analisar os cenários para a **Contratação de Operadora de Plano de Saúde**, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2 A contratação pretendida justifica-se para proporcionar segurança e tranquilidade aos colaboradores do CRO-ES e seus dependentes diretos no campo da saúde, tendo em vista que o acesso à assistência médica, hospitalar e ambulatorial públicos, ainda que garantido constitucionalmente, não satisfazem as necessidades existentes daqueles que necessitam, na presente conjuntura nacional.

2.3 A contratação de Operadora de planos Privados de Assistência à Saúde Suplementar para a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e obstetrícia para os empregados e respectivos dependentes da empresa, visa assegurar a saúde desses empregados, o que certamente reflete no desenvolvimento das atividades laborais.

2.4 As ausências ao trabalho diminuem, pois o empregado geralmente recebe atendimento com mais rapidez em comparação ao sistema público de saúde, além do fato de o credenciamento ao plano de saúde viabilizar a prática da chamada 'medicina preventiva', isto é, as consultas médicas e, conseqüentemente, os diagnósticos, são realizados de modo a evitar e prevenir doenças, e não exclusivamente para combatê-las após seu surgimento.

Motivação da Contratação

2.5 Diante da impossibilidade de manutenção do contrato vigente e da justificativa apontada acima, é imprescindível a contratação de um novo serviço para garantir a continuidade da prestação de Assistência Complementar em Saúde. O contrato atual com a operadora de plano de saúde está próximo do vencimento, tornando-se imprescindível o processo de contratação para garantir a continuidade dos serviços sem interrupções. A busca por uma nova empresa operadora permite ao órgão público analisar opções que ofereçam um plano de saúde adequado às necessidades dos funcionários, ao mesmo tempo em que controla os custos associados. A eficiência do novo contrato é fundamental para otimizar recursos e garantir a sustentabilidade do programa de assistência médica no longo prazo.

Objetivos da Contratação

2.6 Garantir a Assistência Complementar à Saúde dos empregados públicos ativos, inativos, dependentes e pensionistas do CRO-ES;

2.7 Intensificar ações de prevenção às doenças crônicas, identificando-as e tratando-as previamente.

2.8 Contribuir com a preservação da saúde de empregados e dependentes.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------------|-----------------------|
| Gerência Administrativa | Letícia Rocha Almeida |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 São requisitos para a contratação de operadora de Plano de Saúde:

- 1. Registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS):** A empresa operadora de planos de saúde deve possuir registro na ANS, garantindo que ela esteja legalmente autorizada a atuar no mercado de saúde suplementar e cumprir com as normas e regulamentações do setor.
- 2. Rede Credenciada Ampliada:** O plano de saúde oferecido deve possuir uma rede credenciada ampla e diversificada, com hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde qualificados, para garantir o atendimento adequado e abrangente aos beneficiários.
- 3. Abrangência Geográfica:** O plano de saúde deve cobrir uma área geográfica que atenda às necessidades da contratante, com opções de atendimento em localidades relevantes e de interesse estratégico.
- 4. Padrões Mínimos de Qualidade:** A empresa operadora deve cumprir com padrões mínimos de qualidade, que podem incluir creditações de instituições reconhecidas, índices de satisfação dos beneficiários, tempo máximo de espera para consultas e exames, entre outros indicadores que garantam a excelência do serviço prestado.
- 5. Experiência e Reputação:** A contratada deve demonstrar experiência no mercado de planos de saúde, com um histórico sólido e referências positivas de clientes anteriores, para garantir a sua capacidade de gerir e operar o plano de saúde de forma eficiente e confiável.
- 6. Transparência e Comunicação:** A empresa deve ser transparente em suas informações, fornecendo de maneira clara e acessível todos os detalhes sobre os planos oferecidos, coberturas, procedimentos, prazos, carências, regras de reembolso, entre outras informações relevantes para os beneficiários.
- 7. Sustentabilidade e Responsabilidade Social:** Como parte dos critérios de seleção, a empresa deve apresentar práticas sustentáveis em suas operações, como a gestão responsável de resíduos, redução de consumo de recursos naturais e adoção de medidas para mitigar os impactos ambientais. Além disso, a contratada pode ser incentivada a realizar ações de responsabilidade social, como campanhas de saúde preventiva ou apoio a comunidades carentes.
- 8. Tecnologia e Inovação:** A empresa deve investir em tecnologia e inovação para melhorar a experiência dos beneficiários, como a disponibilização de aplicativos ou plataformas online para agendamento de consultas, acesso a resultados de exames, entre outras facilidades.
- 9. Conformidade com a Legislação Vigente:** A contratada deve atender a todas as leis e normas pertinentes ao setor de planos de saúde, garantindo a sua idoneidade e conformidade com a legislação em vigor.
- 10. Equipe Qualificada:** A empresa operadora deve contar com uma equipe técnica qualificada e capacitada para lidar com os desafios da gestão de planos de saúde, incluindo profissionais com conhecimentos em saúde, administração, atendimento ao cliente, entre outros.

4.2 Esses requisitos são essenciais para garantir que a empresa operadora de planos de saúde seja capaz de atender às necessidades da contratante e oferecer serviços de qualidade aos beneficiários. A avaliação das propostas deve levar em conta não apenas o preço, mas também a capacidade da empresa em cumprir com esses requisitos e garantir um serviço de excelência, alinhado aos critérios de sustentabilidade estabelecidos.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A partir do levantamento de mercado, foram identificadas as seguintes alternativas como modelos de assistência à saúde: a contratação de plano de saúde coletivo do tipo empresarial e a implementação de planos de autogestão.

- a) Plano de Saúde Coletivo Empresarial: consiste na Contratação de operadora de plano de saúde com registro no órgão regulador (ANS - Agência Nacional de Saúde), com a finalidade de prestar assistência suplementar à saúde, observado o disposto na Lei nº 9.656/98, que regulamenta os planos de saúde e define a amplitude e os tipos de cobertura que podem ser oferecidos.

5.2 Os dois modelos de contratação para a solução a) consistem em pré-pago e pós-pago, sendo o pré-pagamento um valor mensal por vida, podendo ter ou não algum tipo de coparticipação adicional quando da utilização dos serviços pelos beneficiários. Ocorre o reajuste após 12 meses, conforme contrato (índice inflação, sinistralidade, etc.). Ademais, a fatura mensal tende a estabilizar até o próximo reajuste e o risco da utilização exagerada ou indevida do plano é absorvido pela operadora contratada.

5.3 Destaca-se que o plano pode ser com ou sem coparticipação nos serviços utilizados e, nos casos de planos com coparticipação, deve-se definir se é um valor fixo ou um percentual do serviço utilizado, bem como se é aplicado para todos os serviços (integral) ou apenas para alguns (parcial), como por exemplo, apenas para as consultas. Já nos planos sem coparticipação, são pagas apenas as mensalidades, sem nenhum outro custo adicional gerado pela utilização dos serviços. Ressalta-se que nessa opção, os valores das mensalidades são mais elevados, pois a operadora tenderá a compensar a ausência de coparticipação.

5.4 Já os planos pós-pagos são conhecidos também como Custo Operacional, em que a operadora cobra Taxa mensal por vida utilizando como base o percentual do uso. Aqui, todos os custos gerados pelos beneficiados são repassados à Contratante pela operadora. Portanto, os riscos da utilização sem controle do sistema são absorvidos pela Contratante e/ou repassados para os usuários.

5.4.1 Nesse tipo de contratação há uma necessidade de estrutura adicional no Órgão, visando analisar os custos gerados e definir ações a serem tomadas a fim de evitar o uso desenfreado dos serviços de saúde, que pode resultar na inviabilização da execução orçamentária por parte do Órgão, ou na sobrecarga financeira dos usuários em função dos repasses dos custos. Não sendo, portanto, a alternativa mais viável para a contratação. Ademais, existe uma incerteza quanto ao valor das faturas, pois ocorrerá uma variação mensal em função do grau de utilização e a gestão de um plano de saúde neste modelo requer um maior envolvimento da área responsável.

5.5 Em síntese, o que diferencia os modelos é justamente o momento no qual a empresa quer reconhecer as despesas geradas: na data base do reajuste contratual (pré-pagamento) ou durante o ano, conforme elas são pagas e repassadas pela administradora do plano (pós-pagamento).

5.6 As vantagens da solução a) consistem em conhecimento histórico de possíveis riscos decorrentes de um processo licitatório dessa natureza. Além disso, o CRO não necessitará alterar a sua estrutura funcional e processos de trabalho para executar as atividades administrativas relacionadas ao gerenciamento de um plano de saúde. No que diz respeito às desvantagens, destaca-se que há uma concorrência limitada, uma vez que existem poucos prestadores capazes de comprovar as competências necessárias para a prestação desse serviço.

b) Autogestão em Saúde: é uma modalidade de prestação de assistência à saúde com gestão própria e sem fins lucrativos. O órgão patrocina o benefício integral ou parcial aos seus agentes públicos, podendo ou não incluir seus dependentes e agregados até o terceiro grau de parentesco consanguíneo ou afim. No sistema de autogestão, o próprio órgão é o responsável pela implantação do plano de assistência à saúde, o que pode resultar na melhoria na qualidade do atendimento e redução das despesas com assistência médica.

5.7 Nessa solução, a instituição deve estabelecer, com os funcionários, o formato do plano e definir o credenciamento das redes médicas, abrangência, especialidade, limites de utilização, os períodos de carência e a presença ou não de coparticipação.

5.8 Como vantagens, apresenta-se um plano em conformidade com as características e necessidades do órgão e um confiável controle de custos. Como desvantagens, há a necessidade de um alto investimento inicial, visando estruturar os serviços e os custos, além da alta responsabilização do órgão e escassez de gerenciadores especializados. A Justificativa de não escolher essa solução consiste justamente no fato que a Administração é diretamente envolvida na gestão de todos os aspectos relacionados à implementação e suporte de um plano de saúde, há um alto investimento financeiro e de tempo para adequar a estrutura e etapas necessárias, além de formação de equipe multidisciplinar especificamente criado para tal finalidade, exigindo tempo e recursos para o processo de estruturação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta consiste na contratação de um serviço de assistência à saúde abrangente e de alta qualidade, visando garantir a prestação de assistência médica completa aos beneficiários do órgão público. O objetivo é oferecer coberturas de serviços médico-hospitalares de assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica, tratamentos, exames complementares, internações hospitalares e demais serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, incluindo a disponibilidade de centro de terapia intensiva, para atender a todas as necessidades de saúde dos beneficiários.

Descrição da Solução:

6.2 Cobertura Abrangente de Serviços Médico-Hospitalares: A solução abrange uma ampla gama de serviços médico-hospitalares, garantindo **assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica**. Isso inclui consultas médicas em diversas especialidades, procedimentos ambulatoriais, atendimento hospitalar para internações e cirurgias, além de assistência obstétrica para garantir cuidados durante a gestação e o parto.

6.3 O serviço contratado deve assegurar o acesso a tratamentos especializados, terapias e exames complementares necessários para diagnóstico e tratamento adequado das condições de saúde dos beneficiários. A disponibilidade de tratamentos avançados e exames precisos é fundamental para um diagnóstico e tratamento preciso.

6.4 A solução deve oferecer um amplo leque de opções para atendimento, incluindo hospitais e clínicas próprias da contratada, além de estabelecimentos conveniados e referenciados. Isso garante aos beneficiários a flexibilidade para escolher locais de atendimento próximos a sua localidade e preferência.

6.5 O serviço contratado deve cobrir o atendimento em caráter eletivo, permitindo agendamento prévio de consultas e procedimentos, bem como garantir atendimento emergencial e de urgência. A disponibilidade de pronto atendimento para situações de emergência é essencial para garantir a pronta assistência aos beneficiários.

6.6 A solução deve garantir a cobertura de doenças reconhecidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde da Organização Mundial de Saúde (CID-10) e futuramente pela CID-11, além de estar em conformidade com as Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde (ANS). Isso assegura que os beneficiários tenham acesso a tratamentos adequados para diversas condições médicas.

6.7 O serviço contratado não deve excluir doenças preexistentes, crônicas ou congênitas dos beneficiários, assegurando que todos tenham acesso aos cuidados necessários, independentemente de suas condições médicas.

Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica

6.8 A contratada deve garantir a manutenção contínua da prestação dos serviços de assistência à saúde, bem como oferecer assistência técnica para solucionar eventuais problemas e dúvidas dos beneficiários. A disponibilidade de um canal de atendimento para suporte e o rápido atendimento às demandas são essenciais para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

Justificativas Técnica e Econômica da Escolha do Tipo de Solução

6.9 A contratação de **plano de saúde coletivo empresarial**, na modalidade de **pré-pagamento** e com mensalidades escalonadas por faixa etária é a opção que congrega mais vantagens, uma vez que o modelo já é conhecido pelo Conselho e adequa-se às condições de fiscalização e gestão convergente com a realidade orçamentária e de pessoal do CRO-ES. Além disso, essa modalidade permite flexibilidade ao longo da execução do contrato, com a inclusão de novos serviços que venham a ser demandados pelos beneficiários, desde que previsto em cláusula contratual e regulamentados pela Agência Nacional de Saúde.

Vantagens Técnicas

a) Conhecimento Histórico: A contratação de plano de saúde coletivo empresarial oferece vantagens consideráveis, como o conhecimento histórico dos possíveis riscos envolvidos, uma vez que a empresa já possui experiência na realização de processos licitatórios semelhantes. Isso proporciona maior segurança na escolha do prestador de serviços e garante uma base sólida para a tomada de decisões no gerenciamento do plano de saúde.

b) Manutenção da Estrutura Funcional: A opção de plano coletivo empresarial permite que o Conselho não precise alterar sua estrutura funcional e processos de trabalho para lidar com as atividades administrativas relacionadas ao gerenciamento do plano de saúde. Isso evita gastos adicionais com reestruturação interna e permite que a equipe se concentre em suas atividades principais.

Vantagens Econômicas

a) Mensalidades Escalonadas por Faixa Etária: O modelo de pré-pagamento com mensalidades escalonadas por faixa etária é uma abordagem econômica para o gerenciamento do plano de saúde. Isso permite uma distribuição mais justa dos custos, onde os beneficiários mais jovens pagam menos e os de faixas etárias mais avançadas contribuem de forma proporcionalmente maior. Essa abordagem evita aumentos indiscriminados nas mensalidades e contribui para a sustentabilidade financeira do plano a longo prazo.

b) Controle de Custos: A contratação de plano coletivo empresarial também oferece a vantagem de um controle mais efetivo dos custos do plano de saúde. Como a empresa responsável pelo plano tem experiência prévia e histórico de custos, é possível planejar orçamentos mais precisos e gerenciar de forma mais eficiente os recursos financeiros destinados ao serviço.

c) Redução de Investimento Inicial: Em comparação com a implementação de planos de autogestão, a contratação de plano coletivo empresarial requer um investimento inicial menor. O alto investimento inicial necessário para a autogestão, como a estruturação dos serviços e a formação de uma equipe especializada, é evitado nessa opção, o que reduz a pressão sobre os recursos financeiros do CRO-ES.

d) Suporte Especializado: A escolha do plano coletivo empresarial também permite que o CRO-ES conte com o suporte especializado da empresa contratada para a administração do plano de saúde. Isso inclui suporte técnico, gestão de benefícios, atendimento ao cliente e outros serviços, o que alivia a carga de trabalho da equipe interna do CRO-ES e garante a qualidade dos serviços prestados aos beneficiários.

e) Coparticipação: a contratação de um plano de saúde com coparticipação oferece vantagens econômicas significativas para o Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo. A redução dos custos mensais, o estímulo ao uso consciente dos serviços, a sustentabilidade financeira, a flexibilidade para os beneficiários e o controle de custos de longo prazo são aspectos que devem ser levados em consideração para uma escolha informada e que atenda às necessidades financeiras do CRO-ES e dos beneficiários.

6.10 Em suma, a contratação de plano de saúde coletivo empresarial, na modalidade de pré-pagamento, com mensalidades escalonadas por faixa etária e coparticipação é a escolha mais vantajosa para o Conselho Regional de Odontologia (CRO). Essa opção oferece benefícios técnicos, como o conhecimento histórico dos riscos envolvidos e a manutenção da estrutura funcional, bem como vantagens econômicas, como o controle de custos, a redução do investimento inicial e o suporte especializado. Esses aspectos garantem uma gestão mais eficiente, sustentável e econômica do plano de saúde para os beneficiários do CRO-ES.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa de beneficiários é de **48 (quarenta e oito) vidas**, conforme registros colhidos em agosto de 2023, distribuídos nas seguintes faixas etárias:

Tabela 1. Estimativa das quantidades a serem contratadas.

| Idades (anos) | Titular | Masculino | Feminino | Dependentes | Masculino | Feminino | Titular e Dependentes |
|---------------------|-----------|-----------|----------|-------------|-----------|----------|-----------------------|
| 0 a 18 | 0 | | | 12 | 5 | 7 | 12 |
| 19 a 23 | 0 | | | 0 | | | 0 |
| 24 a 28 | 6 | 2 | 4 | 1 | 1 | | 7 |
| 29 a 33 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | | 6 |
| 34 a 38 | 5 | 2 | 3 | 1 | | 1 | 6 |
| 39 a 43 | 4 | 3 | 1 | 0 | | | 4 |
| 44 a 48 | 3 | 1 | 2 | 2 | | 2 | 5 |
| 49 a 53 | 3 | 3 | | 1 | | 1 | 4 |
| 54 a 58 | 2 | | 2 | 0 | | | 2 |
| Acima 58 | 2 | 1 | 1 | 0 | | | 2 |
| Total Global | 48 | | | | | | |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 237.586,44

8.1 Para o cálculo da Estimativa do Valor da Contratação foi realizada uma Pesquisa de Preços utilizando a ferramenta Busca de Preços, obtendo-se um valor médio saneado mensal de R\$ 19.798,87 (dezenove mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos) e anual de R\$ 237.586,44 (duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

8.2 O método matemático aplicado foi a Média Saneada dos preços obtidos (TCU), com base nos preços encontrados para o item.

8.3 A pesquisa de preços, contendo os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os demais documentos encontra-se anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

8.4. Além da pesquisa feita no Banco de Preços, foi realizada uma cotação direta com fornecedores, obtendo-se valores unitários que estão discriminados na tabela abaixo. O orçamento contendo detalhamento da proposta consta na Pesquisa de Preços e foi utilizado para o estabelecimento do preço médio acima mencionado.

| Titular e Dependentes | UNIMED | | São Bernardo Empresarial | | SAMP - Superior Mais | | SAMP - Superior | |
|-----------------------|-----------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|
| | Valor Unitário | Valor Total | Valor Unitário | Valor Total | Valor Unitário | Valor Total | Valor Unitário | Valor Total |
| 12 | R\$ 287,82 | R\$ 3.453,84 | R\$ 268,17 | R\$ 3.218,04 | R\$ 199,36 | R\$ 2.392,32 | R\$ 207,22 | R\$ 2.486,64 |
| 0 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 7 | R\$ 246,70 | R\$ 1.726,92 | R\$ 229,86 | R\$ 1.609,02 | R\$ 274,11 | R\$ 1.918,77 | R\$ 284,91 | R\$ 1.994,37 |
| 6 | R\$ 287,82 | R\$ 1.726,92 | R\$ 268,17 | R\$ 1.609,02 | R\$ 307,01 | R\$ 1.842,06 | R\$ 319,10 | R\$ 1.914,60 |
| 6 | R\$ 287,82 | R\$ 1.726,92 | R\$ 268,17 | R\$ 1.609,02 | R\$ 353,05 | R\$ 2.118,30 | R\$ 366,98 | R\$ 2.201,88 |
| 4 | R\$ 287,82 | R\$ 1.151,28 | R\$ 268,17 | R\$ 1.072,68 | R\$ 406,02 | R\$ 1.624,08 | R\$ 422,02 | R\$ 1.688,08 |
| 5 | R\$ 654,59 | R\$ 3.272,95 | R\$ 710,00 | R\$ 3.550,00 | R\$ 487,22 | R\$ 2.436,10 | R\$ 506,42 | R\$ 2.532,10 |
| 4 | R\$ 490,94 | R\$ 1.963,77 | R\$ 532,50 | R\$ 2.130,00 | R\$ 618,77 | R\$ 2.475,08 | R\$ 643,16 | R\$ 2.572,64 |
| 2 | R\$ 654,59 | R\$ 1.309,18 | R\$ 710,00 | R\$ 1.420,00 | R\$ 804,39 | R\$ 1.608,78 | R\$ 836,10 | R\$ 1.672,20 |
| 2 | R\$ 1.472,03 | R\$ 2.944,06 | R\$ 1.596,52 | R\$ 3.193,04 | R\$ 1.190,50 | R\$ 2.381,00 | R\$ 1.237,44 | R\$ 2.474,88 |
| Total: 48 | R\$ 19.275,84 mensal | | R\$ 19.410,82 mensal | | R\$ 18.796,49 mensal | | R\$ 19.537,39 mensal | |

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Não se aplica o parcelamento na contratação de Operadora de Plano de Saúde.

1. Economia de Escala: o serviço de plano de saúde pode se beneficiar de economias de escala quando oferecido para um grande número de beneficiários. A concentração de um grande contingente de pessoas em um único contrato pode resultar em melhores condições comerciais e tarifas mais competitivas por parte da empresa operadora. O parcelamento do objeto, nesse caso, poderia reduzir a capacidade de negociação do órgão licitante e, conseqüentemente, afetar a obtenção de preços mais vantajosos.
2. Abordagem Integrada e Eficiência: a contratação de uma única empresa operadora de plano de saúde pode promover uma abordagem mais integrada e eficiente na gestão do benefício, facilitando a comunicação, centralizando os serviços e garantindo maior efetividade no atendimento aos beneficiários. O parcelamento poderia fragmentar essa abordagem, dificultando a operacionalização e a sinergia entre os serviços prestados.
3. Continuidade e Estabilidade do Serviço: a contratação de uma empresa operadora única proporciona maior estabilidade e continuidade do serviço ao longo do contrato. Caso o objeto seja parcelado em várias empresas, há o risco de instabilidade e dificuldades de coordenação, o que poderia afetar negativamente a qualidade do serviço e o bem-estar dos beneficiários.
4. Experiência e Qualificação: a contratação de uma empresa operadora consolidada e experiente no mercado de planos de saúde pode trazer segurança e expertise na prestação do serviço, com a possibilidade de oferecer um pacote mais abrangente e adequado às necessidades específicas do órgão e de seus beneficiários.
5. Diminuição da Burocracia e Gestão Simplificada: o não parcelamento do objeto permite uma redução da burocracia envolvida na gestão do contrato, simplificando os processos administrativos e gerenciais relacionados ao plano de saúde.
6. Redução dos Riscos Operacionais: a contratação de uma única empresa operadora pode reduzir os riscos operacionais associados à coordenação e integração dos serviços. Isso evita problemas de comunicação, atrasos no atendimento e potenciais disputas entre diferentes prestadores de serviços.

9.2 Portanto, a não adoção do parcelamento na contratação de uma empresa operadora de plano de saúde se justifica com base na busca por uma abordagem mais integrada, eficiente e econômica, além de promover a estabilidade e continuidade do serviço para os beneficiários.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo (CRO-ES) ainda não possui o Plano de Contratações Anual. Contudo, o objeto da pretensa contratação possui conexão o Planejamento Estratégico para o período 2018-2025 relacionados com a dimensão "processos internos", destacando, especialmente, o de "Garantir qualidade e eficiência no atendimento"

11.2 Ao oferecer um plano de saúde para os funcionários, o órgão público está buscando garantir que seus colaboradores tenham acesso a serviços de saúde de qualidade. Isso se alinha com a meta de "Garantir qualidade e eficiência no atendimento", pois ao cuidar da saúde dos funcionários, o órgão contribui para o bem-estar e a satisfação da equipe. Funcionários saudáveis e satisfeitos tendem a ser mais produtivos e engajados, o que impacta positivamente os processos internos da organização.

11.3 Ao proporcionar um plano de saúde abrangente, os colaboradores têm acesso a cuidados médicos preventivos e curativos de maneira mais rápida e eficiente. Isso pode contribuir para a redução de faltas devido a problemas de saúde, melhorando a eficiência dos processos internos ao manter a equipe mais presente e produtiva.

11.4 A oferta de um plano de saúde abrangente demonstra que o órgão público valoriza seus funcionários e se preocupa com seu bem-estar. Isso pode contribuir para um melhor clima organizacional, onde os colaboradores se sentem mais motivados, engajados e apoiados. Um clima organizacional positivo pode levar a uma maior colaboração, comunicação eficaz e, consequentemente, a processos internos mais eficientes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A solução deverá permitir a continuidade de Assistência à Saúde, por intermédio de Plano de Assistência Médica, destinado a todos os colaboradores do Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo, além de intensificar ações de prevenção às doenças crônicas, identificando-as e tratando previamente.

12.2 Com a cobertura de um plano de saúde, os colaboradores do CRO-ES tendem a ter acesso mais fácil a cuidados de saúde. Isso pode resultar em maior bem-estar e saúde geral dos funcionários, refletindo em menor absenteísmo e aumento da produtividade no ambiente de trabalho.

12.3 A possibilidade de acessar serviços de saúde de forma mais rápida e abrangente pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, garantindo que eles tenham um acompanhamento adequado de suas condições de saúde.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Definição do fiscal para o contrato resultante e orientação sobre suas responsabilidades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se aplica a identificação de impactos ambientais na contratação de Operadora de Plano de Saúde.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Durante a formulação do estudo técnico preliminar, foi considerada viável a contratação do serviço para suprir a demanda da autarquia.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THATYANE BASONI DAUDT

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 24/08/2023 às 15:45:19.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de Preços - Plano de Saúde.pdf (1.37 MB)

Anexo I - Pesquisa de Preços - Plano de Saúde.pdf

CNPJ: 28.167.567/0001-76 Responsável: Thatyane Basoni Daudt Matrícula: 110
Telefone: (27) 3022-4766 Departamento: Compras

Relatório de Cotação: Plano de saúde

Pesquisa realizada entre 16/08/2023 10:23:29 e 16/08/2023 10:26:53

Relatório gerado no dia 24/08/2023 14:41:40 (IP: 187.50.11.130)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Saneada dos preços obtidos (TCU) - Preço calculado com base na média saneada (TCU) dos preços selecionados pelo usuários para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Plano de saúde

| PREÇOS / PROPOSTAS | QUANTIDADE | PREÇO ESTIMADO | PERCENTUAL | PREÇO ESTIMADO CALCULADO | TOTAL |
|--------------------|------------|--------------------|------------|--------------------------|---------------|
| 7 / 3 | 1 | R\$ 19.798,87 (un) | - | R\$ 19.798,87 | R\$ 19.798,87 |

| Número do Preço | Descrição | Tipo Fonte | Data | Preço |
|-----------------|--|----------------|---------------------|---------------|
| 1 | Órgão Público: COMANDO DA MARINHA/ESCOLA DE APRENDIZES Identificação: Inexigibilidade de Licitação Nº 21/2023 UASG: 781600 | Compras Net | 01/07/2023 00:00:00 | R\$ 18.000,00 |
| 2 | Fornecedor: 30.081.166/0001-40 - ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Preços Manuais | 16/08/2023 10:32:57 | R\$ 18.585,10 |
| 3 | Fornecedor: 30.081.166/0001-40 - ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Preços Manuais | 16/08/2023 10:33:27 | R\$ 18.609,32 |
| 4 | Fornecedor: 30.081.166/0001-40 - ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Preços Manuais | 16/08/2023 10:31:20 | R\$ 19.275,84 |
| 5 | Fornecedor: 30.081.166/0001-40 - ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Preços Manuais | 16/08/2023 10:32:24 | R\$ 19.410,82 |
| 6 | Órgão Público: COMANDO DA MARINHA/ESCOLA DE APRENDIZES Identificação: Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2023 UASG: 781600 | Compras Net | 01/07/2023 00:00:00 | R\$ 21.000,00 |
| 7 | Órgão Público: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU Identificação: NºPregão:1062022 UASG:982381 | Compras Net | 22/11/2022 09:00:00 | R\$ 23.711,00 |
| Valor Unitário | | | | R\$ 19.798,87 |

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 19.275,84

Média Saneada dos Preços Obtidos (TCU): R\$ 19.798,87

Valor Global: R\$ 19.798,87



Detalhamento dos Itens

Item 1: Plano de saúde

Preço Estimado: R\$ 19.798,87 (un) Percentual: - Preço Estimado Calculado: R\$ 19.798,87 Média Saneada dos Preços Obtidos (TCU): R\$ 19.798,87

| Quantidade | Descrição | Observação |
|------------|---|------------|
| 1 Unidade | assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica | |

Preço ((Compras Net)) 1: 18.000,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

| | | | |
|-------------|--|----------------|--|
| Órgão: | COMANDO DA MARINHA/ESCOLA DE APRENDIZES | Data: | 01/07/2023 00:00 |
| Descrição: | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA, POR MEIO DE CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO AOS MILITARES E SEUS DEPENDENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA (FUSMA) NO ESPÍRITO SANTO E ÁREAS DE JURISDIÇÃO DA EAMES, NAS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NESTE INSTRUMENTO E NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N03/2019 (NUP 63188.000675/2019-46, TJIL N03/2019 APROVADO PELO PARECER N00272/2019/CJU-ES/CGU/AGU). | Modalidade: | Inexigibilidade de Licitação |
| | | Item: | 1 |
| | | Quantidade: | 1 |
| | | Unidade: | UNIDADE |
| | | Identificação: | Inexigibilidade de Licitação Nº 21/2023 / UASG: 781600 |
| Código | Inexigibilidade de Licitação Nº 21/2023 / UASG: 781600 | | |
| Referência: | | | |
| | UASG: 781600 | | |

| CNPJ | RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR | VALOR DA PROPOSTA FINAL |
|------------------------------------|--|------------------------------|
| 40.419.007/0001-67 * VENCEDOR * | KLAPS SERVICOS EM SAUDE E EDUCACAO LTDA | R\$ 18.000,00 |
| Marca: | Marca não informada | |
| Fabricante: | Fabricante não informado | |
| Descrição: | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA, POR MEIO DE CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO AOS MILITARES E SEUS DEPENDENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA (FUSMA) NO ESPÍRITO SANTO E ÁREAS DE JURISDIÇÃO DA EAMES, NAS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NESTE INSTRUMENTO E NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N03/2019 (NUP 63188.000675/2019-46, TJIL N03/2019 APROVADO PELO PARECER N00272/2019/CJU-ES/CGU/AGU). | |
| Estado: | Cidade: | Endereço: |
| ES | Vila Velha | R DOM JORGE DE MENEZES, 1049 |
| | | Nome de Contato: |
| | | Sarah |
| | | Telefone: |
| | | (27) 3020-8132 |
| | | Email: |
| | | sarahibucher@hotmail.com |

Preço ((Preços Manuais)) 2: 18.585,10

| | | | |
|---------------|---|-------------|------------------|
| Descrição: | assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica | Data: | 16/08/2023 10:32 |
| CNPJ: | 30.081.166/0001-40 | Modalidade: | Preço Manual |
| Razão Social: | ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Item: | 1 |

Preço ((Preços Manuais)) 3: 18.609,32

| | | | |
|---------------|---|-------------|------------------|
| Descrição: | assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica | Data: | 16/08/2023 10:33 |
| CNPJ: | 30.081.166/0001-40 | Modalidade: | Preço Manual |
| Razão Social: | ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Item: | 1 |

Preço ((Preços Manuais)) 4: 19.275,84

| | | | |
|---------------|---|-------------|------------------|
| Descrição: | assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica | Data: | 16/08/2023 10:31 |
| CNPJ: | 30.081.166/0001-40 | Modalidade: | Preço Manual |
| Razão Social: | ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Item: | 1 |

Preço ((Preços Manuais)) 5: 19.410,82

| | | | |
|---------------|---|-------------|------------------|
| Descrição: | assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica | Data: | 16/08/2023 10:32 |
| CNPJ: | 30.081.166/0001-40 | Modalidade: | Preço Manual |
| Razão Social: | ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA | Item: | 1 |



Órgão: COMANDO DA MARINHA/ESCOLA DE APRENDIZES

Data: 01/07/2023 00:00

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA, POR MEIO DE CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO AOS MILITARES E SEUS DEPENDENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA (FUSMA) NO ESPÍRITO SANTO E ÁREAS DE JURISDIÇÃO DA EAMES, NAS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NESTE INSTRUMENTO E NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N03/2019 (NUP 63188.000675/2019-46, TJIL N03/2019 APROVADO PELO PARECER N00272/2019/CJU-ES/CGU/AGU).

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação**Item:** 1**Quantidade:** 1**Unidade:** UNIDADE**Identificação:** Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2023 / UASG: 781600**Código** Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2023 / UASG: 781600**Referência:**

UASG: 781600

| CNPJ | RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR | VALOR DA PROPOSTA FINAL |
|--|-----------------------------------|--|
| 01.351.281/0001-90 * VENCEDOR * | FISIO CLINICA FISIOTERAPIA EIRELI | R\$ 21.000,00 |
| Marca: Marca não informada | | |
| Fabricante: Fabricante não informado | | |
| Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR, AMBULATORIAL E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA/URGÊNCIA, POR MEIO DE CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO AOS MILITARES E SEUS DEPENDENTES ASSISTIDOS PELO FUNDO DE SAÚDE DA MARINHA (FUSMA) NO ESPÍRITO SANTO E ÁREAS DE JURISDIÇÃO DA EAMES, NAS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NESTE INSTRUMENTO E NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N03/2019 (NUP 63188.000675/2019-46, TJIL N03/2019 APROVADO PELO PARECER N00272/2019/CJU-ES/CGU/AGU). | | |
| Estado: ES | Cidade: Guarapari | Endereço: R OTAVIO MANHAES DE ANDRADE, S/N |
| Nome de Contato: Michelle | | Telefone: (21) 96584-4441 |
| | | Email: michellefisio2007@hotmail.com |

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU

Data: 22/11/2022 09:00

Descrição: Operadora de Plano de Saúde, devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), destinada à prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, métodos complementares de diagnósticos, tratamentos e serviços auxiliares, na modalidade de Plano de Saúde Coletivo Empresarial, abrangência regional (local ou grupo de municípios), com e sem fatores de moderação, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstétrico, estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei nº. 9.656/98, para o grupo correspondente a servidores e funcionários ativos, e seus dependentes legais, inclusive os comissionados e os contratados temporariamente por excepcional interesse público, da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Caruaru.

Modalidade: Pregão Eletrônico**Item:** 1**Quantidade:** 1**Unidade:** UNIDADE**Ata:** [Link Ata](#)**Identificação:** NºPregão:1062022 / UASG:982381**Código** NºPregão:1062022 / UASG:982381**Referência:**


UASG: 982381

| CNPJ | RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR | VALOR DA PROPOSTA FINAL |
|---|---|-------------------------|
| 24.449.225/0001-98 * VENCEDOR * | UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO | R\$ 23.711,00 |
| Marca: Marca não informada | | |
| Fabricante: Fabricante não informado | | |
| Descrição: Proposta de preços para contratação de planos de saúde Valores detalhados: Plano Básico- Local COM fatores de moderação- 0-18- R\$ 125,01; 19-23- R\$ 146,25; 24-28- R\$ 175,51; 29-33- R\$ 209,56; 34-38- R\$ 252,51; 39-43- R\$ 297,97; 44-48- R\$ 327,77; 49-53- 403,15; 54-58- 514,99; 59 acima- R\$ 740,43 / TOT AL: R\$ 3.192,35 Plano Básico- Local SEM fatores de moderação- 0-18- R\$ 139,86; 19-23- R\$ 163,64; 24-28- R\$ 196,37; 29-33- R\$ 234,46; 34-38- R\$ 282,53; 39-43- R\$ 333,37; 44-48- R\$ 366,71; 49-53- 451,06; 54-58- 575,28; 59 acima- R\$ 828,41 / TOTAL: R\$ 3.571,69 Plano Especial- Local COM fatores de moderação- 0-18- R\$ 159,40; 19-23- R\$ 186,49; 24-28- R\$ 223,80; 29-33- R\$ 267,21; 34-38- R\$ 321,99; 39-43- R\$ 379,94; 44-48- R\$ 417,94; 49-53- 514,07; 54-58- 655,65; 59 acima- R\$ 944,13 / TOTAL: R\$ 4.070,62 Plano Especial- Local SEM fatores de moderação- 0-18- R\$ 166,68; 19-23- R\$ 195,02; 24-28- R\$ 234,01; 29-33- R\$ 279,42; 34-38- R\$ 336,69; 39-43- R\$ 397,30; 44-48- R\$ 437,02; 49-53- 537,54; 54-58- 685,58; 59 acima- R\$ 987,24 / TOTAL: R\$ 4.256,50 Plano Básico- Grupo de Municípios COM fatores de moderação- 0-18- R\$ 193,68; 19-23- R\$ 226,61; 24-28- R\$ 271,92; 29-33- R\$ 324,68; 34-38- R\$ 391,23; 39-43- R\$ 461,66; 44-48- R\$ 507,83; 49-53- 624,62; 54-58- 796,64; 59 acima- R\$ 1.147,17 / TOTAL: R\$ 4.946,04 Plano Especial- Grupo de Municípios COM fatores de moderação- 0-18- R\$ 248,70; 19-23- R\$ 290,97; 24-28- R\$ 349,17; 29-33- R\$ 416,91; 34-38- R\$ 502,38; 39-43- R\$ 592,80; 44-48- R\$ 652,08; 49-53- 802,06; 54-58- 1.022,95; 59 acima- R\$ 1.473,06 / TOTAL: R\$ 6.351,08 Total Geral Global: R\$ 26.388,28 | | |



Endereço:

,



Assinatura

Thatyane Basoni Daudt 24/08/2023



Preço estimado do item calculado pela fórmula Média Saneada dos preços obtidos (TCU):

Item 1 - Plano de saúde

- 3 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 22/11/2022 e 01/07/2023, calculados pela fórmula Mediana das Propostas Finais.
 - 4 preços inseridos manualmente, entre os dias 16/08/2023 10:31:20 e 16/08/2023 10:33:27.
-

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Mediana das Propostas Finais

- Capta os preços finais da licitação e seleciona o preço do meio (no caso de número ímpar de propostas) ou a média dos preços do meio.
-





ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - ComprasNet
www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 17/08/2023 19:48:01
Acessar a fonte [aqui](#)

Fontes de preços inseridos manualmente:

1 - ROTA VIX CORRETORA DE SEGUROS LTDA (30.081.166/0001-40)

Data: 16/08/2023 10:33:27





Conheça a Rota Seguros

A Rota Seguros foi fundada em 2001 na capital mineira, Belo Horizonte, e se tornou referência na atuação de planos de saúde. Essa experiência — construída ao longo das últimas décadas — foi conduzida por um atendimento humanizado, eficiente e com soluções em serviços e foco absoluto nos beneficiários.

Dado que vivemos em um país com notáveis problemas socioeconômico e de saúde pública. Onde 70% da população não possui planos de saúde, ficando à mercê de atendimentos demorados e que não priorizam o tratamento de doenças graves.

Sendo assim, a Rota seguros, com a missão de promover opções de saúde de qualidade e acessível aos brasileiros.

Apresenta as melhores e mais diversas alternativas que encaixem dentro de cada realidade financeira. Até porque acreditamos em opções de serviços individualizados, com propostas estruturadas por consultores especializados em saúde suplementar.

Por isso, trabalhamos com as melhores opções de planos de saúde do mercado. Nossa diversidade de produtos contempla a individualidade de cada cliente, pois entendemos que, para necessidades distintas, devemos oferecer soluções exclusivas.

Com o anseio de propagar esse ideal ultrapassamos os horizontes. Hoje, estamos presentes em cada canto de Minas Gerais. Possuímos unidades em Bom Despacho, Divinópolis, Montes Claros, Nova Serrana, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberlândia e Varginha. Além disso, estamos presentes também na capital capixaba, Vitória; em Colatina, no Espírito Santo; em Curitiba e Londrina, no Paraná.

Esses números nos enchem de orgulho, já que, ao todo, são mais de 200 mil vidas sob nossa gestão, distribuídas em 14 unidades da Rota Seguros. Mesmo com números tão robustos de crescimento, não nos acomodamos. Seguimos com muito trabalho, especialização e empatia, para que os nossos beneficiários encontrem acolhimento em cada etapa do nosso atendimento.

Diferenciais Rota Seguros

- Grupo de consultores especialistas em soluções para saúde, alinhados ao melhor que existe no mercado em treinamentos, inovação e tecnologia.
- Atendimento individualizado para planos individuais, com alinhamento de perfil, definição de melhor produto e suporte permanente no decorrer do contrato.
- Parceria com as maiores e melhores operadoras de planos de saúde, odontológico e de seguradoras do país.
- Consultoria especializada em gestão de planos corporativos. Planejamento integral com identificação de perfil da empresa, definição de solução, alinhamento de colaboradores e gestão global de saúde da companhia.

Valores

- ♦ **Atendimento e dedicação**

Atendimento focado em criar soluções para os nossos clientes, estabelecendo relacionamento pautado na tranquilidade e confiança.

- ♦ **Liderança e credibilidade**

Consistência e constância de acertos corroborados pelos anos de atuação e referência no setor.

- ♦ **Compromisso e transparência**

Responsabilidade e compromisso com a melhor e mais eficaz solução em saúde.

- ♦ **Inovação e desenvolvimento**

Alinhados com crescimento tecnológico, visando ao atendimento otimizado para os produtos individuais e à gestão de saúde integral para empresas.

PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA: CONSELHO REGIONAL DE
ODONTOLOGIA ESPÍRITO SANTO



Consultora : Eliana Santos – 27 998579590

| | COMPULSÓRIO | | | |
|------------------|-------------------------------|------------------|-------------------------|------------------|
| | 1878 - PARTICIPATIVO ESTADUAL | | 4024 - PREMIUM NACIONAL | |
| FAIXA ETÁRIA | ENFERMARIA | APARTAMENTO | ENFERMARIA | APARTAMENTO |
| | ANS 476,707/16-1 | ANS 475,371/16-2 | ANS 476,636/16-9 | ANS 476,637/16-7 |
| 00 a 18 | R\$ 238,48 | R\$ 287,82 | R\$ 293,52 | R\$ 352,23 |
| 19 a 23 | R\$ 238,48 | R\$ 287,82 | R\$ 293,52 | R\$ 352,23 |
| 24 a 28 | R\$ 238,48 | R\$ 287,82 | R\$ 293,52 | R\$ 352,23 |
| 29 a 33 | R\$ 238,48 | R\$ 287,82 | R\$ 293,52 | R\$ 352,23 |
| 34 a 38 | R\$ 238,48 | R\$ 287,82 | R\$ 293,52 | R\$ 352,23 |
| 39 a 43 | R\$ 238,48 | R\$ 287,82 | R\$ 293,52 | R\$ 352,23 |
| 44 a 48 | R\$ 581,90 | R\$ 654,59 | R\$ 716,22 | R\$ 859,45 |
| 49 a 53 | R\$ 581,90 | R\$ 654,59 | R\$ 716,22 | R\$ 859,45 |
| 54 a 58 | R\$ 581,90 | R\$ 654,59 | R\$ 716,22 | R\$ 859,45 |
| Acima 59 | R\$ 1.416,28 | R\$ 1.472,03 | R\$ 1.747,53 | R\$ 2.097,02 |
| OPCIONAL | SOS INCLUSO | | SOS INCLUSO | |
| PRÓXIMO REAJUSTE | NOVEMBRO 2023 | | | |

| COMPULSÓRIO | |
|--------------------------------|---|
| GRUPOS | COPARTICIPAÇÃO |
| | PARTICIPATIVO ESTADUAL / PREMIUM NACIONAL / PERFIL REGIONAL |
| Consulta Eletiva | R\$ 40,00 |
| Consulta Pronto Socorro | R\$ 65,00 |
| Grupo 1 | R\$ 0,00 |
| Grupo 2 | R\$ 3,00 |
| Grupo 3 | R\$ 6,00 |
| Grupo 4 | R\$ 12,00 |
| Grupo 5 | R\$ 30,00 |
| Grupo 6 | R\$ 65,00 |
| Teto Limite Beneficiário / Mês | R\$ 290,00 |



| Faixa Etária | Ideal ES Com coparticipação | | Superior Mais Com coparticipação | | Superior Com coparticipação | |
|----------------|--------------------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|--------------------------------|--------------|
| CÓD. ANS | 484.956/20-6 | 484.955/20-8 | 489.562/21-2 | 489.558/21-4 | 483.127/19-6 | 483.128/19-4 |
| Acomodação | Enfermaria | Apartamento | Enfermaria | Apartamento | Enfermaria | Apartamento |
| Abrangência | Estadual | | Estadual | | Estadual | |
| 00 - 18 | 159,92 | 217,16 | 154,90 | 207,89 | 161,01 | 207,22 |
| 19 - 23 | 159,92 | 217,16 | 193,63 | 259,86 | 201,27 | 259,01 |
| 24 - 28 | 159,92 | 217,16 | 213,00 | 285,86 | 221,39 | 284,91 |
| 29 - 33 | 159,92 | 217,16 | 238,56 | 320,17 | 247,96 | 319,10 |
| 34 - 38 | 159,92 | 217,16 | 274,33 | 368,17 | 285,15 | 366,98 |
| 39 - 43 | 159,92 | 217,16 | 315,48 | 423,39 | 327,92 | 422,02 |
| 44 - 48 | 390,21 | 529,86 | 378,58 | 508,08 | 393,50 | 506,42 |
| 49 - 53 | 390,21 | 529,86 | 480,79 | 645,26 | 499,75 | 643,16 |
| 54 - 58 | 390,21 | 529,86 | 625,03 | 838,84 | 649,68 | 836,10 |
| A partir de 59 | 952,12 | 1.292,81 | 925,05 | 1.241,48 | 961,52 | 1.237,44 |

Tabela de Coparticipação

| PROCEDIMENTOS | Coparticipação por produto | | |
|---|--|---------------|----------------------------------|
| | Ambulatorial, Essencial Vix Ideal ES, Superior Mais Superior e Vital | Essencial Sul | Nacional* Executivo Nacional* |
| Consultas eletivas | R\$ 20,00 | R\$ 25,00 | 30% |
| Consultas em pronto atendimento | R\$ 30,00 | R\$ 35,00 | 30% |
| Sessões de fisioterapia | R\$ 5,00 | R\$ 6,50 | 30% |
| Terapias simples (psicologia, nutrição, fonoaudiologia, acupuntura e terapia ocupacional) | R\$ 15,00 | R\$ 15,00 | 30% |
| Terapias especiais | R\$ 30,00 | R\$ 30,00 | 30% |
| Procedimentos ambulatoriais tipo I (de R\$ 5,00 a R\$ 10,00) | R\$ 2,50 | R\$ 3,25 | 30% |
| Procedimentos ambulatoriais tipo II (de R\$ 10,01 a R\$ 20,00) | R\$ 5,00 | R\$ 6,50 | 30% |
| Procedimentos ambulatoriais tipo III (de R\$ 20,01 a R\$ 30,00) | R\$ 10,00 | R\$ 13,00 | 30% |
| Procedimentos ambulatoriais tipo IV (de R\$ 30,01 a R\$ 50,00) | R\$ 15,00 | R\$ 19,50 | 30% |
| Procedimentos ambulatoriais tipo V (de R\$ 50,01 a R\$ 100,00) | R\$ 25,00 | R\$ 32,50 | 30% |
| Procedimentos ambulatoriais VI (superior a R\$ 100,00) | R\$ 40,00 | R\$ 52,00 | 30% |

* As cobranças são limitadas a R\$ 200,00 Beneficiário/mês.



ANUS 016.376-6

WAY3

O PLANO CERTO PARA A SUA EMPRESA!

SÃO BERNARDO WAY 3 EMPRESARIAL

| FAIXA ETÁRIA | ESPECIAL ACOMODADO EM ENFERMARIA | EXECUTIVO ACOMODADO EM QUARTO PRIVATIVO |
|---------------|-------------------------------------|--|
| 00 A 43 ANOS | R\$ 195,00 | R\$ 268,17 |
| 44 A 58 ANOS | R\$ 478,15 | R\$ 710,00 |
| ACIMA 59 ANOS | R\$ 1.158,26 | R\$ 1.596,52 |

CONDIÇÕES EXCLUSIVAS

- ISENÇÃO DE CO-PART NAS CLÍNICAS SBS PELO PERÍODO DE 12 MESES.
- ISENÇÃO DE CO-PART EM EXAMES SIMPLES, ESPECIALIZADOS E DE ALTO CUSTO NA REDE CREDENCIADA SBS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

- PRÓXIMO REAJUSTE MAIO/2024
- CAMPANHA VÁLIDA PARA ADEÇÃO ATÉ 31/08/2023
- MÍNIMO DE 2 (DUAS) VIDAS
- ISENÇÃO DE COPART NÃO DISPONÍVEL NA CLÍNICA SBS DE COLATINA
- CAMPANHA VÁLIDA SOMENTE PARA NOVAS ADEÇÕES (CONTRATOS NOVOS)

FALE HOJE MESMO COM NOSSO CONSULTOR

APROVEITE TAMBÉM!
ODONTO SÃO BERNARDO
COM CARÊNCIA ZERO!**R\$ 11,45**

por beneficiário

CONSULTE AS CONDIÇÕES

**SBS WAY3**

| SISTEMA DE COPARTICIPAÇÃO | | NORMAL | PROMOC. |
|------------------------------|-----------------------------------|-----------|-----------|
| CONSULTAS | SÃO BERNARDO CLÍNICAS | R\$ 12,00 | ISENTO |
| | REDE CREDENCIADA | R\$ 38,00 | R\$ 38,00 |
| | PRONTO SOCORRO (DEMAIS HOSPITAIS) | R\$ 60,00 | R\$ 60,00 |
| EXAMES E PROCEDIMENTOS | GRUPO 1 | R\$ 2,50 | NÃO HÁ |
| | GRUPO 2 | R\$ 5,00 | |
| | GRUPO 3 | R\$ 10,00 | |
| | GRUPO 4 | R\$ 25,00 | |
| | GRUPO 5 | R\$ 55,00 | |
| TRATAMENTO AMBULATORIAL | CO-PARTICIPAÇÃO | R\$ - | R\$ - |
| | MÁXIMO A PAGAR | R\$ - | R\$ - |
| INTERNAÇÃO | DEMAIS HOSPITAIS | R\$ - | R\$ - |
| TETO LIMITE POR BENEFICIÁRIO | | R\$ - | R\$ - |

ISENÇÃO DE COPARTICIPAÇÃO EM CONSULTAS ELETIVAS NAS CLÍNICAS SBS (EXCETO COLATINA), EXAMES SIMPLES, ESPECIALIZADOS E DE ALTO CUSTO PELO PERÍODO DE DOZE MESES, APÓS ESTE PERÍODO CO-PARTICIPAÇÃO NORMAL.



Feliz Plano de Saúde

Abrangência
e economia
juntos em um
só plano.

**Hug
Vix**

488.406/21-0

**Smile
Vix**

488.407/21-0

**Happy
Vix**

488.409/21-4

0 a 18

R\$ 100,00

R\$ 184,16

R\$ 258,38

19 a 23

R\$ 100,00

R\$ 184,16

R\$ 258,38

24 a 28

R\$ 100,00

R\$ 184,16

R\$ 258,38

29 a 33

R\$ 100,00

R\$ 184,16

R\$ 258,38

34 a 38

R\$ 100,00

R\$ 184,16

R\$ 258,38

39 a 43

R\$ 100,00

R\$ 184,16

R\$ 258,38

44 a 48

R\$ 135,82

R\$ 449,20

R\$ 565,70

49 a 53

R\$ 135,82

R\$ 449,20

R\$ 565,70

54 a 58

R\$ 135,82

R\$ 449,20

R\$ 565,70

59 anos ou mais

R\$ 135,82

R\$ 1.097,08

R\$ 1.129,13

hug. Plano ambulatorial

Coberturas de urgências e emergências, procedimentos médicos ambulatoriais, consultas em consultórios e clínicas. Consultas em pronto-socorro. Exames simples e de alta complexidade. Sessões em fisioterapias, nutrição e fonoaudiologia.

Plano Sem Coparticipação.

smile. Plano ambulatorial + Hospitalar com parto

Acomodação em enfermaria. Atendimento em urgência e emergência em hospitais. Procedimentos com internação hospitalar. Consultas em consultórios e clínicas. Consultas em pronto-socorro. Exames simples e de alta complexidade. Sessões em fisioterapias, nutrição e fonoaudiologia.

Plano Coparticipativo*

happy. Plano ambulatorial + Hospitalar com parto + Apartamento

Acomodação em apartamento. Atendimento em urgência e emergência em hospitais. Procedimentos com internação hospitalar. Consultas em consultórios e clínicas. Consultas em pronto-socorro. Exames simples e de alta complexidade. Sessões em fisioterapias, nutrição e fonoaudiologia.

Plano Coparticipativo*

coparticipação

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| Consultas eletivas | R\$ 20,00 |
| Consultas em hospitais | R\$ 50,00 |
| Exames simples | R\$ 00,00 |
| Exames de alta complexidade | R\$ 00,00 |
| Terapias | R\$ 15,00 |
| Outros atendimentos ambulatoriais | R\$ 00,00 |
| Internações | R\$ 00,00 |



Rota Seguros Vitória

www.rotaseguros.com.br/vitoria

Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 495, loja 01 e 02,
Enseada do Suá - Vitória/ES

ANEXO III**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Ao Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo – CRO-ES, referente Pregão Eletrônico Nº 001/2024, Processo Administrativo Nº 0030/2023:

| DADOS DA EMPRESA – PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE | | | |
|--|----------|--------------------------|--|
| Razão Social: | | | |
| CNPJ: | | Inscrição Estadual: | |
| Endereço: | | | |
| Bairro: | | CEP: | |
| Cidade: | | UF: | |
| Telefone/Fax: | | E-mail: | |
| Banco: | Agência: | Conta-Corrente: | |
| Nome do Representante Legal: | | | |
| Estado civil do Representante Legal: | | | |
| Identidade do Representante Legal: | | CPF Representante Legal: | |

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do Edital em referência e seus Anexos, com os quais concordamos, vimos apresentar ao Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo (CRO-ES) objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de empresa operadora de Plano de Saúde, cobertura abrangente de serviços médico-hospitalares e com coparticipação, conforme descrito abaixo:

| Item | Idades (Faixa etária) | Qtd Total (titular + dependentes) | Valor Individual | Valor Individual Mensal (Valor unitário x Qtd Total) |
|---|--------------------------|---|------------------|---|
| Plano de Saúde Estadual, com Coparticipação | 0 a 18 | 12 | R\$ | R\$ |
| | 19 a 23 | 0 | R\$ | R\$ |
| | 24 a 28 | 7 | R\$ | R\$ |
| | 29 a 33 | 6 | R\$ | R\$ |
| | 34 a 38 | 6 | R\$ | R\$ |
| | 39 a 43 | 4 | R\$ | R\$ |
| | 44 a 48 | 5 | R\$ | R\$ |
| | 49 a 53 | 4 | R\$ | R\$ |
| | 54 a 58 | 2 | R\$ | R\$ |
| | Acima 58 | 2 | R\$ | R\$ |

A coparticipação é de **x% (enviar anexo com detalhes da coparticipação).**

OBSERVAÇÕES:

1. Declaramos que temos pleno conhecimento de todas as condições e regras da presente Dispensa Eletrônica e atendemos a todas as exigências nele contidas.
2. Declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública constante no preâmbulo deste Edital.
3. Declaramos que nos valores constantes desta proposta estão incluídas todas as despesas com materiais, insumos, despesas com deslocamento, mão de obra, fretes, transporte, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários, despesas com reposição de funcionários em razão de qualquer tipo de licença (maternidade, doença ou outra) e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outra natureza, direta ou indireta, pertinentes à formação do preço dos serviços, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, sob a alegação de desequilíbrio econômico/financeiro.
4. Declaramos que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
5. Declaramos que se aplica a esta empresa os dispositivos da Lei Complementar nº 123/2006, que ampara a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme registro no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Município-UF, ____ de ____ 2024

Assinatura/Responsável/Carimbo CNPJ/Empresa

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 00X/2024

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA XXXXXXXX .

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - CRO/ES, com fulcro na sua Política de Qualidade, que visa gerar valor para a sociedade por meio de uma cultura organizacional com foco em resultados, inscrito no CNPJ sob Nº **28.167.567/0001-76**, sediado na Av. Leitão da Silva, Edifício Rui Barbosa, Nº 1375, salas 401 a 404, Gurigica, Vitória - ES, CEP 29.046-010, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Presidente **LUZIMAR GOMES DE OLIVEIRA PINHEIRO**, CPF Nº *****.093.107-****, e, do outro lado, a empresa **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ Nº **XXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo sócio proprietário, Sr. **XXXXXXXX**, CPF: **XXXXXXXX**, firmam o presente CONTRATO, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo Nº 0030/2023**, que passa a ser parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, têm entre si, justo e acertado, a celebração do CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, conduzido sob o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023**, nos termos da Lei Nº 14.133/2021 e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto da presente contratação, mediante às cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto é a contratação de serviços de empresa operadora de Plano de Saúde, cobertura abrangente de serviços médico-hospitalares e **com coparticipação**. A solução abrange uma ampla gama de serviços médico-hospitalares, garantindo **assistência ambulatorial, hospitalar e obstétrica**, incluindo consultas médicas em diversas especialidades, procedimentos ambulatoriais, atendimento hospitalar para internações e cirurgias, além de assistência obstétrica para garantir cuidados durante a gestação e o parto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
 - 1.1. Os elementos característicos, especificações e quantitativos constam no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, os quais são parte integrante do presente contrato.
 - 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2. O prazo de vigência da contratação terá início com a assinatura do contrato, com prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses, de **.../.../.....** a **.../.../.....**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

- 2.1. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.3. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

- 5. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxxx** (...).
- 5.1. CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pela execução dos serviços ora contratados, a quantia relativa ao número de beneficiários multiplicado pelo valor do plano de opção e faixa etária correspondente, em conformidade com os preços unitários constantes nas tabelas a seguir:

| (Plano xxxx) | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---------|-------------|-----------------------|------------------|-------------|--------------|-------------|
| Item | Idades (anos) | Titular | Dependentes | Titular e Dependentes | Valor Individual | Valor Total | Valor Mensal | Valor Anual |

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

| | | | | | | | | |
|---|----------|---|----|----|-----|-----|--|--|
| Plano de Saúde Estadual, com Coparticipação | 0 a 18 | 0 | 12 | 12 | R\$ | R\$ | | |
| | 19 a 23 | 0 | 0 | 0 | R\$ | R\$ | | |
| | 24 a 28 | 6 | 1 | 7 | R\$ | R\$ | | |
| | 29 a 33 | 4 | 2 | 6 | R\$ | R\$ | | |
| | 34 a 38 | 5 | 1 | 6 | R\$ | R\$ | | |
| | 39 a 43 | 4 | 0 | 4 | R\$ | R\$ | | |
| | 44 a 48 | 3 | 2 | 5 | R\$ | R\$ | | |
| | 49 a 53 | 3 | 1 | 4 | R\$ | R\$ | | |
| | 54 a 58 | 2 | 0 | 2 | R\$ | R\$ | | |
| | Acima 58 | 2 | 0 | 2 | R\$ | R\$ | | |

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6. O CRO-ES realiza seus pagamentos nas datas de 15 ou 30 de cada mês da seguinte forma:
- 6.1. Notas Fiscais/Faturas e/ou boletos bancários e outras certidões de quitação recebidas e aprovadas entre os dias 11 e 25 serão pagas no dia 30 do mesmo mês
 - 6.2. Notas Fiscais/Faturas e/ou boletos bancários e outras certidões de quitação recebidas e aprovadas entre os dias 26 do mês corrente e 10 do mês seguinte serão pagas no dia 15 subsequente.
 - 6.3. Se a data de pagamento cair em um sábado, domingo ou feriado, o compromisso será automaticamente antecipado para o último dia útil antes da data fixada.
 - 6.4. Haverá a retenção de tributos na forma da IN RFB 1234/2012, devendo a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA destacar os valores correspondentes.
 - 6.5. Caso não seja possível atender ao disposto no item 6.4, por se tratar de contribuinte imune, isento ou dispensado do recolhimento dos tributos, a CONTRATADA deverá comprovar tal característica especial mediante a apresentação de documento hábil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em, em / / (DD/MM/AAAA).

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- 7.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.3. Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA em até, no máximo, o mês subsequente ao da aquisição do direito, ficando garantida a eficácia retroativa do pedido. Ultrapassado esse prazo, os efeitos financeiros somente terão vigência a partir da data da solicitação.
 - 7.3.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
 - 7.3.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);
 - 7.3.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
 - 7.3.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
 - 7.3.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.4. O CONTRATANTE dará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento de toda a documentação comprobatória, apta à análise do pedido para eventual deferimento/indeferimento, tais como, notas fiscais e demais documentos pertinentes que comprovem o desequilíbrio, acompanhada de demonstração analítica da variação cambial e/ou dos custos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8. São obrigações do Contratante:
 - 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.2. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
 - 8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Conselho Regional para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA INDICAÇÃO DE PREPOSTO

9. São obrigações do Contratado, além daquelas estipuladas nos anexos:
 - 9.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
 - 9.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
 - 9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
 - 9.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - 9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- 9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.16. Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo na execução do Contrato.**
 - 9.16.1. Para fins de acompanhamento e representação da contratada no cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, a contratada compromete-se a indicar um preposto devidamente autorizado e capacitado, no prazo de 3 (três) dias a contar da assinatura deste contrato, o qual atuará como elo entre as partes contratantes.
 - 9.16.2. Os serviços e/ou entregas de bens somente serão iniciados após a indicação do preposto.
 - 9.16.3. A contratada informará imediatamente à contratante sobre qualquer substituição do preposto designado, indicando o novo representante e as razões para a substituição, quando aplicável.
 - 9.16.3.1. A substituição do preposto somente será válida mediante prévia aprovação por escrito da contratante.
 - 9.16.4. O preposto indicado será responsável por representar a contratada perante a contratante, comunicando-se regularmente e prestando esclarecimentos sobre o andamento do contrato. O preposto deverá ter pleno conhecimento das cláusulas contratuais e das atividades a serem executadas.
 - 9.16.5. A designação do preposto permanecerá válida durante todo o período de vigência deste contrato, incluindo nas possíveis prorrogações, a menos que seja formalmente revogada ou substituída após acordo entre as partes.
- 9.17. Agilizar a imediata correção das falhas apontadas pelo CRO-ES, concernentes à execução do Contrato.

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- 9.18. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.
- 9.20. Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente;
- 9.21. Assumir integral responsabilidade por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como pelos danos causados ao CRO-ES ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando o CRO-ES de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;
- 9.22. Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;

Obrigações pertinentes à LGPD

- 9.23. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.24. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.25. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.26. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 9.27. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.28. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- 9.29. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.30. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.31. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.32. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 9.32.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.33. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.34. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA ANÁLISE DE RISCOS

10. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
 - 10.1. A análise de riscos encontra-se em anexo do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.1.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.1.4. **Multa:**

11.1.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.1.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

11.1.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

11.1.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 7% a 14% do valor do Contrato.

11.1.4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

11.1.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato.

11.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. a aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção/encerramento de contrato, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRO-ES, na conta – **6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Plano de Saúde**.

13.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

14. Conforme estabelece o artigo 89 da Lei Federal Nº 14.133/2021, este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado compatíveis.

15. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

16. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Política da Qualidade: gerar valor para a sociedade, orientando e disciplinando o exercício da odontologia, com esforços direcionados a assegurar a conduta ética e a fiscalização efetiva. Alicerçados em uma cultura organizacional voltada para resultados, estamos comprometidos em atender aos requisitos aplicáveis, buscando constantemente a melhoria contínua, a qualidade na prestação de nossos serviços, zelando pelo bom conceito da profissão e promovendo a satisfação da sociedade capixaba

- 16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

17. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

18. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Vitória - ES, **xx de janeiro** de 2023.

LUZIMAR G. DE OLIVEIRA PINHEIRO
Presidente do CRO-ES
CRO-ES 393

Empresa
CNPJ:

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF.:

Nome:
CPF.: